REGULAMENTO INTERNO DE FUNDOS DE MANEIO

Nos termos do ponto 2.9.10.1.11 do POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000 de 2 de Dezembro, e pelo Decreto-Lei 84-A/2002, DR 80 Série I -A 1.º Suplemento de 5 de Abril, para efeitos de controlo de fundos de maneio, se estabelece a seguinte regulamentação:

ARTIGO I Constituição

1. Anualmente, no início de cada ano, mediante deliberação do órgão executivo, serão constituídos os fundos de maneio julgados necessários e convenientes ao bom funcionamento do município.
2. A afectação dos mesmos, é feita segundo a sua natureza às correspondentes rubricas da classificação económica e de acordo com a natureza das despesas a pagar.
3. A entrega dos respectivos fundos de maneio a cada funcionário responsável, processa-se mediante a emissão de uma ordem de pagamento.
4. O responsável – Chefe de Secção da Contabilidade, será substituído nas suas faltas e impedimentos, pelo Assistente Administrativo mais antigo.
5. O responsável – Chefe de Secção do Aprovisionamento e Património, será substituído nas suas faltas e impedimentos, pela Técnica de Contabilidade, porque é o funcionário que efectivamente necessita de utilizar este fundo.

ARTIGO II Regularização

A regularização de fundos de maneio é feita mensalmente, mediante a entrega dos documentos justificativos das despesas, que deverão ser descritos em relação elaborada para o efeito (ANEXO I), a qual deve ser entregue na Secção de Contabilidade.

ARTIGO III Reconstituição

A Secção de Contabilidade, procede sempre que necessário, à reconstituição dos fundos de maneio, mediante processamento dos valores correspondentes aos documentos de despesa apresentados, dentro dos limites estabelecidos.

ARTIGO IV Limite Máximo

O limite máximo mensal de cada fundo de maneio é o correspondente ao valor da sua constituição.

ARTIGO V Reposição

A reposição de fundos de maneio, é feita mediante guia de reposição abatida aos pagamentos, impreterivelmente, até 31 de Dezembro.

ARTIGO VI Disposições Finais e Transitórias

1. Os casos omissos na presente norma e eventuais alterações serão objecto de deliberação do Órgão Executivo do Município de Bragança;
2. Para o presente ano consideram-se constituídos os fundos de maneio constantes do anexo II;
3. O presente Norma Interna de Fundos de Maneio entra em vigor no dia 2 de Janeiro de 2003.

ANEXO II**Fundos de Maneio a constituir no ano de 2003, por Sector e
classificação económica**

	Valor
<i>Chefe de Secção de Contabilidade</i>	
01 02 / 01 02 04 - Ajudas de Custo	750 €
01 02 / 02 01 21 – Outros bens	750 €
<i>Chefe de Secção de Aprovisionamento e Património</i>	
01 02 / 02 01 21 – Outros bens	1.000 €

Aprovado em Reunião de Câmara de 02 / 12 / 2002

Submetido a Sessão Ordinária de Assembleia Municipal em 19 / 12 / 2002